



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO



CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2. BALANÇO CONSOLIDADO

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16



1

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos assistiu-se, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, recorreram a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O Município de Matosinhos não foi exceção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4323 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afetou também, como é público, a economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2009, mas já com significado em 2008, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (quer público, quer privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações.

Apesar de no ano 2016, o produto interno bruto (PIB) português ter assistido um aumento de 1,4%, no primeiro semestre de 2016, o PIB apresentou um crescimento moderado de 0,9 por cento face ao período homólogo, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Face ao semestre anterior, a atividade económica aumentou 0,5 por cento. O abrandamento da atividade em termos homólogos resultou de menores contributos positivos da procura interna e das exportações, à semelhança do verificado no segundo semestre de 2015. O menor dinamismo da procura interna refletiu essencialmente a redução do investimento, sobretudo na área da construção e máquinas e equipamentos; já o investimento em material de transporte manteve um crescimento robusto. Por seu turno, o crescimento mais moderado das exportações no primeiro semestre de 2016 refletiu a evolução negativa das exportações de combustíveis, cujo conteúdo importado é bastante significativo (cerca de 95% do total). Em menor grau, registou-se também uma redução das exportações de serviços excluindo turismo. O menor dinamismo da atividade económica em 2016 refletiu também a desaceleração das exportações de bens e serviços, num quadro de menor crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa, tendo-se assistido à queda das exportações de bens energéticos. Note-se que, excluindo esta categoria, as exportações de bens registaram um crescimento de 1,8 pontos percentuais superior ao de 2015. Também as exportações de serviços de turismo mantiveram um elevado dinamismo em linha com o aumento significativo do número de dormidas de não residentes em estabelecimentos hoteleiros nacionais.

Há que referir que, em 2016, a atividade económica acelerou claramente do primeiro para o segundo semestre do ano. A aceleração ao longo do ano traduziu (i) a recuperação das exportações extracomunitárias, com destaque para Angola, (ii) a aceleração das exportações intracomunitárias, nomeadamente para Espanha, (iii) a concretização de decisões de investimento, num contexto de redução da incerteza sobre a evolução da economia nacional, e (iv) a dissipação de alguns fatores de natureza temporária, nomeadamente associados ao setor da construção.

No primeiro semestre de 2016, a situação no mercado de trabalho continuou a melhorar, observando-se uma redução da taxa de desemprego (de -1,2 pontos percentuais (p.p.) face ao semestre homólogo) e um aumento do emprego total de 0,9% em termos homólogos. De facto, a evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora permaneça em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos últimos anos.

Em 2016, a atividade económica mundial registou uma desaceleração, tendo atingido o crescimento mais baixo após a última crise económica e financeira internacional. Também a área do euro registou um crescimento ligeiramente inferior ao de 2015, com um aumento do produto mais assente na procura interna do que no passado. A evolução dos mercados financeiros em 2016 foi condicionada pelo referendo britânico, em junho, e pela eleição presidencial nos EUA, em novembro, tendo-se registado picos de volatilidade e aumento de incerteza na sequência destes dois acontecimentos. No entanto, os índices bolsistas registaram ganho, sobretudo na segunda metade do ano e no setor bancário. Num contexto de baixo crescimento económico, a existência de elevada volatilidade e de fortes valorizações nos mercados financeiros pode conduzir a perturbações na economia internacional, que tenderão a ser ampliadas nas economias mais endividadas. Adicionalmente, a subida da inflação na área euro a partir de meados do ano, impulsionada pelos preços da energia, e o aumento do objetivo para a taxa de juro por parte da Reserva Federal, contribuem para manter preocupações com a evolução das taxas de juro às quais se financia a economia portuguesa.

O futuro da economia portuguesa depende fortemente das suas ligações com o exterior, quer enquanto destino de exportações e como origem de investimento produtivo, quer no âmbito do processo de integração financeira, assente, necessariamente, na melhoria das condições de competitividade do país.

A performance apresentada pelo Município de Matosinhos é globalmente positiva, evidenciando que a Grupo Autárquico tem conseguido manter o equilíbrio financeiro assim como o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2016, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2016	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	641 811 008,26	87,5
<i>Bens de Domínio Público</i>	71 833 330,85	9,8
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	361 536,55	0,0
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	564 485 467,21	77,0
<i>Investimentos Financeiros</i>	5 130 673,65	0,7
CIRCULANTE	91 532 156,24	12,5
<i>Existências</i>	182 565,06	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	13 636 541,53	1,9
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	12 969 124,61	1,8
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	25 146 653,09	3,4
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	39 597 271,95	5,4
TOTAL DO ATIVO	733 343 164,50	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	523 343 617,52	71,4
<i>Património</i>	477 256 083,16	65,1
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	18 473 275,92	2,5
<i>Resultados Transitados</i>	24 939 900,63	3,4
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	2 674 357,81	0,4
PASSIVO	209 999 546,98	28,6
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	4 025 502,28	0,5
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	49 056 188,72	6,7
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	14 700 306,95	2,0
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	142 217 549,03	19,4
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	733 343 164,50	100,0

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,5% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 87,5%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais do município de Matosinhos (87,6%). Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,8% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 12,5%, a posição do Município apresenta um peso ligeiramente menor (98,6%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2017 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 4,72 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo. Apesar da dívida global ter assistido a um acréscimo entre 2015 e 2016 na ordem dos 11,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 21,2%, contrariando a tendência verificada até ao ano 2014, mas já verificada em 2015, tal facto deve-se essencialmente à utilização mais intensa dos empréstimos de longo prazo, contratados entre 2013 e 2016, face ao que havia ocorrido em 2015, (acrécimo de cerca de 8,4 milhões de euros adicionais face a período homólogo). Relativamente às Dívidas a Terceiros de curto prazo, podemos constatar que sofreram um aumento de 31,8% explicada, essencialmente, pelo aumento do serviço da dívida a pagar em 2017 face à ocorrida em 2016 e que se encontra refletida na conta 2312, assim como da conta Outros Credores (reflexo da dívida do FAM exigível em 2017).

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 523.343.617,52 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 91,2% neste agregado.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Só estes três agregados são responsáveis por 78% do total de

custos, sendo o peso dos FSE's superior ao das amortizações em 4,3 p.p., mas inferior ao dos custos com pessoal em 2,7 p.p. .

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por cerca de 41% dos proveitos do grupo municipal. Convirá, a este nível, realçar a consolidação da retoma deste agregado, iniciada já em 2015 (que assistiu, nestes dois últimos anos, a um aumento de 26,6%, o que corresponde a cerca de 10,8 milhões de euros), contrariando a forte queda ocorrida entre 2012 e 2014, em que os impostos e taxas caíram, nesses dois anos, 13 milhões de euros fruto da tendência fortemente decrescente de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com exceção do IMI. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida assistiu, entre 2012 e 2013 a uma diminuição de 2,52 milhões de euros. Também o IMT e a Derrama tiveram evoluções muito desfavoráveis desde o ano 2010 resultante de uma conjuntura económica altamente desfavorável: o primeiro apresentou uma quebra de 52% e a segunda de 43,5%, o que se traduziu na quebra de 9 milhões de euros em 4 anos nestes dois impostos. Não obstante, entre 2015 e 2016, se, por um lado, há a registar um crescimento importante dos proveitos decorrentes do IMT (cerca de 2,1 milhões de euros), por outro, há que assinalar a quebra acentuada da Derrama (cerca de 865 mil euros). Quanto ao IMI, manteve-se quase inalterado o valor arrecadado em 2016 face ao que havia acontecido em 2015 (29,7 milhões de euros em 2016, face a 29,6 milhões de euros em 2015).

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários assistiram, por seu lado, a um acréscimo de cerca de 32,6% face ao ano anterior, explicado pelo aumento registado na conta 79.6.2 - Reduções de provisões para cobranças duvidosas, onde foi refletida a redução do valor de provisões constituídas, para fazer face a eventual incobrábilidade das dívidas, atendendo à diminuição da dívida efetivamente declarada no final do ano.

Quadro n.º 2 - Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2016	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	892 615,90	0,7
Fornecimentos e Serviços Externos	32 581 182,29	26,5
Custos com o Pessoal	35 873 102,58	29,2
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	14 488 020,92	11,8
Amortizações do Exercício	27 356 477,97	22,3
Provisões do Exercício	47 802,22	0,0
Outros Custos Operacionais	1 368 574,95	1,1
(A) Custos e Perdas Operacionais	112 607 776,83	91,7
Custos e Perdas Financeiros	913 187,03	0,7
(C) Custos e Perdas Correntes	113 520 963,86	92,4
Custos e Perdas Extraordinários	9 294 294,32	7,6
Total dos Custos e Perdas	122 815 258,18	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	20 435 534,28	16,3
Impostos e Taxas	51 575 187,50	41,1
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	10 606,21	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	30 656 594,46	24,4
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	7 374,93	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	102 685 297,38	81,8
Proveitos e Ganhos Financeiros	65 154,26	0,1
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	102 750 451,64	81,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	22 739 164,35	18,1
Total dos Proveitos e Ganhos	125 489 615,99	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-9 922 479,45	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-848 032,77	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-10 770 512,22	
Resultados Extraordinários:	13 444 870,03	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	2 674 357,81	

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 131 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2013	2014	2015	2016
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	45 504 340,02	40 803 242,55	39 568 401,06	42 277 881,87
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	634 116,49	2 845 225,18	6 541 538,29	14 276 571,85
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	5 335 213,96	4 080 066,67	3 832 057,48	5 076 986,27
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	40 803 242,55	39 568 401,06	42 277 881,87	51 477 467,45
Taxa de Crescimento da Dívida	-10,3%	-3,0%	6,8%	21,8%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se, nos últimos dois anos, e ao contrário do que até aí vinha sucedendo, a uma tendência ascendente. De facto, a dívida passou, de 46.834.400,59 euros, em 2011, para 39.568.401,06 euros em 2014, o que representa uma redução na ordem dos 15,5%, tendo depois incrementado para 42.277.881,87 euros em 2015 e para 51.477.467,45 euros em 2016. Esta inversão da tendência é fruto de uma utilização mais intensiva dos contratos de empréstimo previamente contratados, utilização esta superior ao valor registado das amortizações do período.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 9,8% quer do ativo total do município de Matosinhos quer do ativo total do grupo autárquico) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2016
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	87,5%
Ativo Circulante / Ativo Total	12,5%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	701,2%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	23,4%
Passivo curto prazo / Passivo Total	7,0%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	333,7%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	13,08
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	36,2%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	2,8%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	9,4%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	171,1%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	622,7%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	8,7%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante embora se mantenha elevado (701,2%), assistiu a uma redução deste índice relativamente ao ano transato pelo destacado aumento dos acréscimos de proveitos (36,6 milhões de euros), decorrente da especialização dos proveitos obtidos com os Impostos Diretos, nomeadamente o IMI e a Derrama, uma prática que não se tem verificado nos anos transatos, e que teve reflexo na conta de Acréscimo de Proveitos. O reconhecimento do direito tem sido efetuado com a cobrança e como consequência desta, uma vez que até ao momento do encerramento das contas do ano a Autarquia não tem conhecimento do valor liquidado dos impostos diretos. Os ficheiros com a liquidação do imposto municipal sobre imóveis só têm vindo a ser disponibilizados pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), entidade que tem a seu cargo a liquidação e cobrança dos impostos locais, em junho do ano seguinte a que a liquidação diz respeito; portanto, em momento posterior ao recebimento da 1.ª prestação do IMI. No que se refere à Derrama, a informação que nos é disponibilizada pela AT além de muito exígua, é tardia (finais do mês de outubro do ano seguinte à sua liquidação). Porém, atendendo à materialidade do valor em causa, e por se considerar que se encontram satisfeitas as condições para estimar com fiabilidade a quantia do proveito em causa, entendeu-se ser possível dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, conferindo à informação prestada uma imagem mais real e verdadeira. Desta forma, o Município registou na rubrica de resultados transitados o valor de 34,8 milhões de euros, referente à receita cobrada em 2016, sendo o resultado do ano corrente influenciado pelo valor do IMI e da Derrama referentes a 2016, a cobrar em 2017, e que se estima em 34,9 milhões de euros.

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de um terço do peso do passivo de médio e longo prazo, mantendo a tendência, que desde 2011, tem sido descendente. Se a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2017 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 4,7 milhões de euros, atingindo o montante de cerca de 10 milhões de euros. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 6,6 p.p. .

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do grupo municipal, líquido das depreciações que, entretanto, vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 13 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 9,8% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto, este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento

do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2016, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 36,42%, ligeiramente superior ao verificado em 2015 (34,4%) e ao registado em 2014 (33,4%).

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2016, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram bastante superiores ao passivo de curto prazo (este representava menos de 60% do montante de disponibilidades). Se a este retirarmos a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2017, teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam a dívida de curto prazo em 15,1 milhões de euros.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 8,7%, superior ao registado nos últimos 3 anos, fruto da intensificação da utilização dos empréstimos de médio e longo prazos anteriormente contratados. Tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: quer em 2015, quer em 2014, apresentava um valor de 7,6%; em 2013 de 8,1%; em 2012 de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do grupo autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três óticas, assumindo, em todas elas, valores muito confortáveis:

Quadro n.º 5

Solvabilidade I	
Fundo Patrimonial / Passivo	249,2%
Solvabilidade II	
Ativo Líquido / Passivo	349,2%
Solvabilidade Adaptado	
Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	315,0%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2016, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 139.260.005,72 euros, dos quais 131.082.406,14 euros são provenientes de receitas orçamentais e 8.177.599,58 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (125.764.621,65 euros), inferior em 5.317.784,49 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 15.512.975,42 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 20.830.759,91 euros. A este saldo acrescem 4.315.893,18 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 6
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	19 686 162,91	Despesas Orçamentais	125 764 621,65
Execução Orçamental	15 512 975,42	Correntes	88 983 073,44
Operações de Tesouraria	4 173 187,49	Capital	36 781 548,21
Receitas Orçamentais	131 082 406,14	Operações de Tesouraria	8 034 893,89
Correntes	105 500 433,83		
Capital	25 513 003,31	Saldo para a Gerência Seguinte	25 146 653,09
Outras	68 969,00	Execução Orçamental	20 830 759,91
		Operações de Tesouraria	4 315 893,18
Operações de Tesouraria	8 177 599,58		
Total	158 946 168,63	Total	158 946 168,63

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2016, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 8.177.599,58 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 8.034.893,89 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.



2

BALANÇO CONSOLIDADO

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2016

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO 2016			ANO 2015
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
451	Bens de domínio público	7 902 851,55	0,00	7 902 851,55	14 056 627,80
452	Terrenos e recursos naturais	3 397 184,98	308 538,08	3 088 646,90	3 060 207,07
453	Edifícios	259 671 357,25	212 068 890,67	47 602 466,58	54 120 201,37
455	Outras construções e infra-estruturas	2 600 707,77	230 423,33	2 370 284,44	2 090 954,48
459	Bens do património histórico, artístico e cultural	2 905 093,89	580 374,16	2 324 719,73	1 197 698,02
445	Outros bens de domínio público	8 544 361,65	0,00	8 544 361,65	9 323 835,02
446	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	285 021 557,09	213 188 226,24	71 833 330,85	83 849 523,76
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2 074 637,95	1 911 062,97	163 574,98	54 746,93
433	Propriedade industrial e outros direitos	292 092,12	126 798,65	165 293,47	109 887,28
443	Imobilizações em curso	32 668,10	0,00	32 668,10	205 396,43
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 399 398,17	2 037 861,62	361 536,55	370 030,64
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	153 674 768,05	0,00	153 674 768,05	148 444 958,43
422	Edifícios e outras construções	477 917 553,14	113 939 587,37	363 977 965,77	364 517 752,41
423	Equipamento básico	16 511 968,73	14 171 418,88	2 340 549,85	2 194 404,62
424	Equipamento de transporte	3 499 226,81	2 988 925,82	510 300,99	460 958,53
425	Ferramentas e utensílios	1 596 376,70	1 578 244,69	18 132,01	16 060,33
426	Equipamento administrativo	10 592 087,29	9 766 723,78	825 363,51	723 957,10
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	9 733 769,62	7 181 444,47	2 552 325,15	2 727 663,70
442	Imobilizações em curso	40 441 169,68	0,00	40 441 169,68	32 448 678,94
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	144 892,20	0,00	144 892,20	288 452,43
		714 112 381,46	149 626 914,25	564 485 467,21	551 822 886,49
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 360 690,00	10 000,00	1 350 690,00	1 368 654,00
412	Obrigações e títulos de participação	3 778 588,90	0,00	3 778 588,90	3 778 588,90
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	1 394,75	0,00	1 394,75	251,25
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		5 140 673,65	10 000,00	5 130 673,65	5 147 494,15
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	182 565,06	0,00	182 565,06	265 177,94
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		182 565,06	0,00	182 565,06	265 177,94
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	17 300,49	0,00	17 300,49	24 462,90
268	Outros devedores	13 619 241,04	0,00	13 619 241,04	16 885 503,81
		13 636 541,53	0,00	13 636 541,53	16 909 966,71
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	541 021,48	0,00	541 021,48	529 548,48
212	Contribuintes c/c	1 160 477,08	1 068 009,99	92 467,09	381 751,47
213	Utentes c/c	30 605,64	6 870,40	23 735,24	28 743,35
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 710 854,62	3 613 889,99	96 964,63	283 201,11
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	875 820,22	0,00	875 820,22	875 820,22
24	Estado e outros entes públicos	624 503,04	0,00	624 503,04	327 731,91
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	16 042 379,86	5 627 340,80	10 415 039,06	12 893 185,67
		23 285 235,79	10 316 111,18	12 969 124,61	15 619 556,06
	Títulos negociáveis:				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	25 103 869,10	0,00	25 103 869,10	19 627 768,76
11	Caixa	42 783,99	0,00	42 783,99	58 394,15
		25 146 653,09	0,00	25 146 653,09	19 686 162,91
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	39 481 409,12	0,00	39 481 409,12	2 655 090,19
272	Custos diferidos	115 862,83	0,00	115 862,83	294 958,29
		39 597 271,95	0,00	39 597 271,95	2 950 048,48
	Total de amortizações		364 853 002,11		
	Total de provisões.....		10 326 111,18		
	Total do activo	1 108 522 277,79	375 179 113,29	733 343 164,50	696 620 847,14

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2016

CÓDIGO DAS CONTAS	CÓDIGO DAS CONTAS SNC	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2016	ANO 2015
51	51	Fundos próprios:		
55		Património	477 256 083,16	476 361 680,21
56		Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
		Reservas de reavaliação	0,00	0,00
		Reservas:	0,00	0,00
571	551	Reservas legais	2 524 018,39	2 524 018,39
572	552	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573		Reservas contratuais	0,00	0,00
574	552	Reservas livres	0,00	0,00
575	593	Subsídios	8 169 509,71	8 302 377,49
576	594	Doações	7 779 747,82	7 779 747,82
577		Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
		Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	56	Resultados transitados	24 939 900,63	-14 216 196,50
88		Resultado líquido em exercício	2 674 357,81	3 971 294,41
			523 343 617,52	484 722 921,82
		Passivo:		
292		Provisões para riscos e encargos	4 025 502,28	12 612 149,05
		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	2513	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	46 756 473,83	38 357 149,27
2212+2214		Fornecedores c/c	0,00	0,00
2611	2711	Fornecedores de imobilizado c/c	140 519,99	112 343,66
268	2783	Outros Credores	2 159 194,90	2 698 992,90
			49 056 188,72	41 168 485,83
		Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	2513	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4 720 993,61	3 920 732,59
2311	2513	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269		Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	221	Fornecedores c/c	1 523 281,30	908 633,16
2213	222	Fornecedores - Cauções e Garantias	28 295,17	225,00
228	225	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	129 017,15	127 208,21
252		Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219		Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	2711	Fornecedores de imobilizado c/c	1 319 355,53	1 013 615,17
2612		Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	3 307 088,29	2 948 941,47
2613		Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	212 091,67	97 954,97
24	24	Estado e outros entes públicos	645 360,92	824 310,02
264	26	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+265+267+268	23+278	Outros credores	2 661 439,92	1 220 112,66
217		Clientes e Utenes com Cauções	153 383,39	395 507,72
			14 700 306,95	11 457 240,97
		Acréscimos e Diferimentos:		
273	2722	Acréscimos de Custos	7 303 073,75	6 525 373,41
274	282/59	Proveitos diferidos	134 914 475,28	140 134 676,06
			142 217 549,03	146 660 049,47
		Total do passivo	209 999 546,98	211 897 925,32
		Total dos fundos próprios e do passivo	733 343 164,50	696 620 847,14

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____



3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2016

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2016	2015
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	32 880,90	18 652,69
	Matérias	859 735,00	730 348,36
62	Fornecimentos e serviços externos:	32 581 182,29	28 930 607,03
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	27 647 447,49	26 220 111,46
	Encargos sociais	8 225 655,09	7 512 277,58
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	14 488 020,92	8 502 802,91
66	Amortizações do exercício	27 356 477,97	27 671 284,08
67	Provisões do exercício	47 802,22	1 984 163,97
65	Outros custos operacionais	1 368 574,95	287 560,13
		0,00	0,00
	(A)	112 607 776,83	101 857 808,21
68	Custos e perdas financeiros	913 187,03	913 187,03
		0,00	
	(C)	113 520 963,86	102 770 995,24
69	Custos e perdas extraordinários	9 294 294,32	9 241 952,34
	(E)	122 815 258,18	112 012 947,58
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	122 815 258,18	112 012 947,58
88	Resultado líquido do exercício	2 674 357,81	-400 301,20
	(X)	125 489 615,99	111 612 646,38
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	6 673,93	5 835,26
7112+7113	Venda de produtos	22 986,80	37 424,16
712	Prestações de serviços	20 405 873,55	19 278 176,73
72	Impostos e taxas	51 575 187,50	49 026 321,53
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	10 606,21	17 729,13
74	Transferências e subsídios obtidos	30 656 594,46	26 026 547,71
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	7 374,93	977,06
		0,00	0,00
	(B)	102 685 297,38	94 393 011,58
78	Proveitos e ganhos financeiros	65 154,26	65 154,26
	(D)	102 750 451,64	94 458 165,84
79	Proveitos e ganhos extraordinários	22 739 164,35	17 154 480,54
	(F)	125 489 615,99	111 612 646,38
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-9 922 479,45	-7 464 796,63
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-848 032,77	-848 032,77
	Resultados Correntes: (D - C)	-10 770 512,22	-8 312 829,40
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	2 674 357,81	-400 301,20



4

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2016

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		19 686 162,91	Despesas Orçamentais		125 764 621,65
Execução Orçamental	15 512 975,42		Correntes	88 983 073,44	
Operações de Tesouraria ..	4 173 187,49		Capital	36 781 548,21	
Receitas Orçamentais		131 082 406,14	Operações de Tesouraria		8 034 893,89
Correntes	105 500 433,83		Saldo para a Gerência Seguinte		25 146 653,09
Capital	25 513 003,31		Execução Orçamental	20 830 759,91	
Outras	68 969,00		Operações de Tesouraria	4 315 893,18	
Operações de Tesouraria		8 177 599,58			
Total		158 946 168,63	Total		158 946 168,63

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____



5

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16



INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2016, reportado a 31 de dezembro.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no sector público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo do disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º, lei 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

**1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:****1.1 Entidades Incluídas na Consolidação**

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	ATIVIDADE PRINCIPAL	% DETENÇÃO
 Município de Matosinhos	Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 75/2013 de 12/09, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.	Entidade Mãe
 Empresa Municipal Matosinhos Sport MS, EEM	Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora	Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.	100%
 Empresa Municipal Matosinhos Habit MH, EEM	Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos	Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.	100%

**Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2016:**

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	1	-
Dirigente Superior	3	-	1
Dirigente Intermédio	40	5	6
Técnico Superior	383	17	24
Assistente Técnico	311	39	11
Assistente Operacional	1046	94	5
Informática	15	-	-
Polícia Municipal	33	-	-
Outros	28	-	-
TOTAL	1.859	156	47

3. Informações de procedimentos de consolidação:

Aplicar-se-á o método de consolidação integral, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por entidades detidas a 100% pela entidade mãe. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) é a entidade responsável pela apresentação das demonstrações financeiras. Sendo ela que efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Todas as operações recíprocas foram eliminadas.

**4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo**

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	46.756.473,83€	€	€	46.756.473,83€
Fornecedores de imobilizado	€	31.169,86€	109.350,13€	140.519,99€
Fundo de Apoio Municipal	2.159.194,90€	€	€	2.159.194,90€
TOTAL	48.915.668,73€	31.169,86€	109.350,13€	49.056.188,72€

Daqui a quatro anos, o grupo municipal apresentará previsionamente as seguintes dívidas a médio longo prazo:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
<i>Empréstimo de médio longo prazo</i>	45.178.018,29€	0,00€	13.153,56€	45.191.171,85€

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam nos seguintes mapas, não se verificando operações entre a Matosinhos Habit e Matosinhos Sport.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2016**

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências (REQUALIFICAÇÃO CH)		814 474,33 €		807 877,95 €	6 596,38 €					- €
Subsídios (CONTRATO PROGRAMA)		345 000,00 €		345 000,00 €	- €					- €
Outros					- €	1 724,30 €	3 649,60 €		5 373,90 €	- €
Total	- €	1 159 474,33 €	- €	1 152 877,95 €	6 596,38 €	1 724,30 €	3 649,60 €	- €	5 373,90 €	- €

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Subsídios (Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias)					- €	334 540,80 €				334 540,80 €
Subsídios (Investimentos e Obras)					- €		4 681,09 €		4 681,09 €	- €
Outros					- €	89 567,58 €	50 913,22 €		13 681,67 €	126 799,13 €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	424 108,38 €	55 594,31 €	- €	18 362,76 €	461 339,93 €

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado figuram todos os compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo à entidade consolidante.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2016 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidade – Grupo Consolidado	Beneficiário	Descrição	Valor
Município de Matosinhos	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	Processo de execução fiscal n.º 1821201301141589	417.588,85€
	Instituto Biblioteca Nacional Livro	Candidatura referente à Biblioteca	53.870,17€

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2016**

Matosinhos Sport	Direção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1	Processo de execução fiscal n.º 18212010010802499	1.881.556,16€
Matosinhos Habit	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	IRC 2003	181.059,48 €
		IRC 2004	159.942,44 €
		IRC 2005	233.146,30 €
	TOTAL		2.927.163,40 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos adotados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e definidos no ponto 4 do POCAL, são os seguintes:

7.1 Imobilizado

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.



7.2 Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado (a seis casas decimais, diferindo portanto, em arredondamentos com os valores na aplicação de contabilidade que executa a duas casas decimais).

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são



reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2016 registaram-se na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento as seguintes aquisições, no valor total de 251.467,77€:

- Elaboração do Projeto de Execução para a Via do Eixo Norte/Sul no valor de 48.321,54€;
- Base de Dados e Relatório sobre as características e Dinâmicas Empresariais do Concelho no valor de 5.965,50€;
- Elaboração de Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana de Matosinhos e Leça da Palmeira no valor de 24.452,40€;
- Elaboração do Plano de Urbanização para o novo Centro Urbano de Cabanelas no valor de 88.108,52€;
- Elaboração do Plano de Urbanização para a envolvente à Rua de Recarei em Leça do Balio no valor de 84.619,81€.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

As rubricas do ativo imobilizado do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2016, refletem os seguintes valores:

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2016

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAValiaÇÃO/AJ USTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS	ABATES	DOAÇÕES E TRANSFERENCIAS DE/PARA OUT ENTIDADES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	14.056.627,80		418.627,56		-12.733,55	6.577.417,42	17.747,16	7.902.851,55
EDIFÍCIOS	3.323.892,82				73.292,16			3.397.184,98
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	252.567.447,44		227.801,82		6.918.094,56	41.986,57		259.671.357,25
BENS PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.294.779,17		303.834,60		2.094,00			2.600.707,77
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.641.270,42				1.263.823,47			2.905.093,89
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	9.323.835,02		8.660.654,15		-8.570.514,01	866.323,51	-3.290,00	8.544.361,65
ADIAANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00							
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	1.823.170,18		30.417,90		221.049,87			2.074.637,95
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	197.236,05		116.751,13			21.895,06		292.092,12
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	205.396,43			-172.728,33				32.668,10
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	148.444.958,43		7.126.917,33	1.192.078,16	272.239,39	1.560.318,94	583.050,00	153.674.768,05
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	466.678.586,84		4.398.779,66		7.482.265,22	642.078,58		477.917.553,14
EQUIPAMENTO BÁSICO	15.291.576,70		1.482.384,05		-92.237,70	169.754,32		16.511.968,73
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	3.313.480,27		221.406,54			35.660,00		3.499.226,81
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.580.684,91		14.982,69		724,72	15,62		1.596.376,70
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	9.662.089,93		1.146.563,11		-550,11	216.015,64		10.592.087,29
TARAS E VASILHAME	569,24							569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.356.866,73		499.450,28		-76.990,23	45.557,16		9.733.769,62
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	32.448.678,94		15.588.899,65		-7.164.269,23	432.139,68		40.441.169,68
ADIAANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	288.452,43				-143.560,23			144.892,20
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:								
PARTES CAPITAL	1.378.654,00		17.964,00					1.360.690,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	3.778.588,90							3.778.588,90
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	251,25		1.435,77					1.394,75
Total	977.657.093,90		61.254.540,45	2.402.120,32	651.886,74	6.246.938,48	1.166.100,00	1.006.674.010,37

Os movimentos ocorridos no exercício, nas rubricas de amortizações, são os seguintes valores:

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	263.685,75	42.897,87	1.954,46	308.538,08
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	198.447.246,07	12.465.546,41	1.156.098,19	212.068.890,67
BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	203.824,69	26.389,24	209,40	230.423,33
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	443.572,40	86.832,19	49.969,57	580.374,16
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00			0,00
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	1.768.423,25	142.639,72		1.911.062,97
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	87.348,77	39.449,88		126.798,65
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2016**

TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00			0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	102.160.834,43	11.592.848,88	185.904,06	113.939.587,37
EQUIPAMENTO BÁSICO	13.097.172,08	1.184.499,25	-110.252,45	14.171.418,88
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.852.521,74	136.404,08		2.988.925,82
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.564.624,58	13.620,11		1.578.244,69
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.938.132,83	1.043.057,73	-214.466,78	9.766.723,78
TARAS E VASILHAME	569,24			569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6.629.203,03	582.292,61	1.100,61	7.181.444,47
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	10.000,00			10.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00			0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00			0,00
Total	336.467.158,86	27.356.477,97	1.070.517,06	364.863.002,11

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.



Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Das entidades do grupo consolidado apenas o município apresenta em 31/12/2016 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<i>Entidade – Grupo Consolidado</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Município de Matosinhos	Manuel Mota, Freitas & Teixeira	Aquisição de caloríferos catalíticos	60,00 €
	EDP Gás	Tanatório de Matosinhos	240,00 €
	TOTAL		300,00 €

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport MS, EEM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	29.660,73€				29.660,73€
Prestações de Serviços	12.540.267,05€	3.792.271,71€	4.837.351,39€	-764.016,60€	20.405.873,55€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver



influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Remunerações	Entidade			Total
	Município de Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport MS, EEM	
Órgão Executivo	228.956,37€	47.281,20€	48.731,03€	324.968,60
Órgão Fiscalização	18.265,56€	5.412,00€	6.000,00€	29.677,56
Total	247.221,93	52.693,20	54.731,03	354.646,16

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2016****q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:**

Código das Contas	Custos e Perdas	2016	2015	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2016	2015
681	Juros suportados	893.851,62€	841.409,40€	781	Juros obtidos	35.545,42€	68.132,26€
682	Perdas em entidades participadas	0€	0€	782	Ganhos em entidades participadas	0€	0€
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0€	0€	783	Rendimentos de imóveis	0€	0€
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0€	0€	784	Rendimentos de participação de capital	0€	77.947,63€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0€	0€	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0€	0€
687	Perdas na alienação de aplicações tesouraria	0€	0€	786	Descontos pronto pagamento obtidos		38,59€
688	Outros custos e perdas financeiros	19.335,41€	18.122,51€	787	Ganhos na alienação aplicações tesouraria	0€	0€
	<i>Resultados financeiros</i>	-848.032,77	-631.635,15€	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	29.608,84€	81.778,28€
TOTAL		65.154,26€	227.896,76€	TOTAL		65.154,26€	227.896,76€

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2016	2015	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2016	2015
691	Transf. Capital Concedidas	2.788.072,53€	4.269.036,09€	791	Restituição de impostos	600,02€	0,00€
692	Dívidas incobráveis	24.043,98€	0,00€	792	Recuperação de dívidas	0,00€	0,00€
693	Perdas em existências	876,71€	20.768,00€	793	Ganhos em existências	30.698,15€	9.378,78€
694	Perdas em imobilizações	2.400.478,10€	138.079,83€	794	Ganhos em imobilizações	1.649.503,02€	542.127,20€
695	Multas e penalidades	191.203,54€	888,33€	795	Benefícios de penalidades contratuais	2.121.646,01€	2.416.147,47€
696	Aumentos de Amortizações e provisões	0,00€	0,00€	796	Redução de Amortizações e provisões	10.555.112,58€	4.716.713,21€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	83.585,19€	589.453,68€	797	Correcções relativas ex. anteriores	310.990,83€	1.547.846,47€
698	Outros custos/perdas extraordinários	3.843.265,82€	68.528,42€	798	Outros proveitos ganhos extraordinários	8.107.845,29€	7.922.267,41€
	<i>Resultados Extraordinários</i>	13.444.870,03€	12.067.726,19€				
TOTAL		22.776.395,90€	17.154.480,54€	TOTAL		22.776.395,90€	17.154.480,54€

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2016

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	12.668.990,23€	725.095,56€	3.077.974,61€	10.316.111,18€
292	Provisões para riscos e encargos	12.612.149,05€	0€	8.586.646,77€	4.025.502,28€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	0€	0€	0€
49	Provisões para investimentos financeiros	10.000,00€ ⁽¹⁾	0€	0€	10.000,00€

(1) Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MS- MATOSINHOS SPORT, EM	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	193558	01-01-2011	65.402,70€
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195941	15-02-2011	58.973,51€
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195945	15-02-2011	74.451,28€
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195758	15-03-2011	67.661,99€
	Automóvel	Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito	93875	06-01-2016	30.750,00€
MH- MATOSINHOS HABIT, EM	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	202132	15-06-2013	79.287,27€
	Automóvel	BPI Leasing	1561345400	14-07-2015	32.853,72€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	211850	15-05-2011	31.727,75€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	215857	15-12-2016	38.794,94€
TOTAL					479.903,16€

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.



9. Outras informações

Nas demonstrações financeiras individuais do Município procedeu à especialização dos proveitos obtidos com os Impostos Diretos, nomeadamente o IMI e a Derrama, uma prática que não se tem verificado nos anos transatos.

O reconhecimento do direito tem sido efetuado simultaneamente com a cobrança e como consequência desta, uma vez que até ao momento em que a mesma se efetiva a Autarquia não tem conhecimento do valor liquidado. A razão desta situação deve-se ao facto da liquidação e cobrança dos impostos locais estarem a cargo da Administração Central através do Ministério das Finanças.

Porém, atendendo à materialidade do valor em causa, e por se considerar que se encontram satisfeitas as condições para estimar com fiabilidade a quantia do proveito em causa, entendeu-se ser possível dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, conferindo à informação prestada uma imagem mais real e verdadeira. Desta forma, o Município registou na rubrica de resultados transitados o valor de 34.770 mil €, referente à receita cobrada em 2016, sendo o resultado do ano corrente influenciado pelo valor do IMI e da Derrama referentes a 2016, a cobrar em 2017, e que se estima em 34.944 mil €.



6

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16



6

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

‘16

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Senhores Deputados da
Assembleia Municipal de Matosinhos**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Matosinhos ("Município"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração consolidada de resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Sessão da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 13 de junho de 2017

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC n.º 1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Matosinhos e subsidiárias (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 733.343.165 euros e um total de fundos próprios de 523.343.618 euros, incluindo um resultado líquido de 2.674.358 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na introdução do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) o Município de Matosinhos adotou o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Adicionalmente, foi acolhida a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados constante das instruções emanadas pelo grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL), emanadas em 28 de abril de 2010. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Chamamos a atenção para o ponto 9 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas que descreve e quantifica os efeitos da especialização dos proveitos obtidos com os Impostos Diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis e a Derrama. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 13 de junho de 2017

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC 1127)



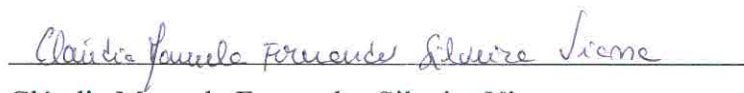
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

'16

Declaração de responsabilidade – Diretor Financeiro

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2016** da **Grupo Público Municipal de Matosinhos** declaro, sob compromisso de honra que não me foram transmitidas ordens ilegais contra o meu parecer ou informações que resultassem em atos ilegais e condutas ilícitas, enquanto Diretora Financeira, orgânica e funcionalmente competente pela execução do sistema de controlo interno, pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal e a sua remessa pelo Presidente de Câmara ao Tribunal de Contas.



Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana

(Diretora Financeira)

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2016 do Grupo Público Municipal de Matosinhos** declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

Eduardo Nuno Rodrigues Pinheiro
(Presidente)

Fernando Manuel Silva Alves Rocha
(Vice-Presidente)

António Fernando Gonçalves Correia Pinto
(Vereador)

Maria de Lurdes Carvalho Gomes da Silva Queirós
(Vereadora)

Tiago Manuel Freitas Teixeira Costa Maia
(Vereador)

José Pedro da Silva Rodrigues
(Vereador)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas: